

A TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS: UMA ANÁLISE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO RIO DE JANEIRO PARA O PERÍODO DE 2021 - 2024

Bruno Costa Guimarães

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
bruno.costa@gmail.com

RESUMO

O Plano Estratégico 2021-2024 da cidade do Rio de Janeiro pode ser definido como um conjunto de ações concretas, demarcadas por metas, para pensar a cidade no prazo do mandato em vigência. Com relação às políticas culturais, o plano tinha como meta territorializar o fomento para as zonas norte e oeste, áreas periféricas da cidade. O artigo tem como objetivo discutir como o conceito de território influenciou a implementação das políticas culturais na capital do estado fluminense dentro de seu plano estratégico. Como metodologia, foi realizada uma discussão teórica acerca da relação entre a Geografia e políticas públicas, seguida de uma análise da divisão territorial do Rio de Janeiro dentro do planejamento estratégico para políticas culturais e, por fim, uma leitura crítica da primeira edição do programa de fomento à cultura carioca (FOCA). Como resultado, constatou-se que o programa de fato possui um olhar direcionado para as zonas periféricas, mas que as diferenças internas da zona oeste e o baixo valor da linha territorial do programa urgem a necessidade de um olhar geográfico mais atento aos territórios de planejamento da cidade.

Palavras-chave: Território. Plano estratégico. Políticas culturais

TERRITORIALIZATION OF CULTURAL POLICIES: AN ANALYSIS OF THE STRATEGIC PLANNING OF RIO DE JANEIRO FOR THE PERIOD 2021 - 2024

ABSTRACT

The 2021-2024 Strategic Plan of the city of Rio de Janeiro can be defined as a set of concrete actions, demarcated by goals, to think about the city within the term of the current mandate. Regarding cultural policies, the plan aimed to territorialize promotion to the north and west zones, peripheral areas of the city. The article aims to discuss how the concept of territory influenced the implementation of cultural policies in the capital of the state of Rio de Janeiro within its strategic plan. As a methodology, a theoretical discussion was held about the relationship between Geography and public policies, followed by an analysis of the territorial division of Rio de Janeiro within the strategic planning for cultural policies and, finally, a critical reading of the first edition of the program promotion of Rio culture (FOCA). As a result, it was found that the program focuses on peripheral areas. Still, the internal differences in the western zone and the low value of the program's territorial line urge the need for a more attentive geographic look at the planning territories of the city.

Keywords: Territory. Strategic plan. Cultural policies.

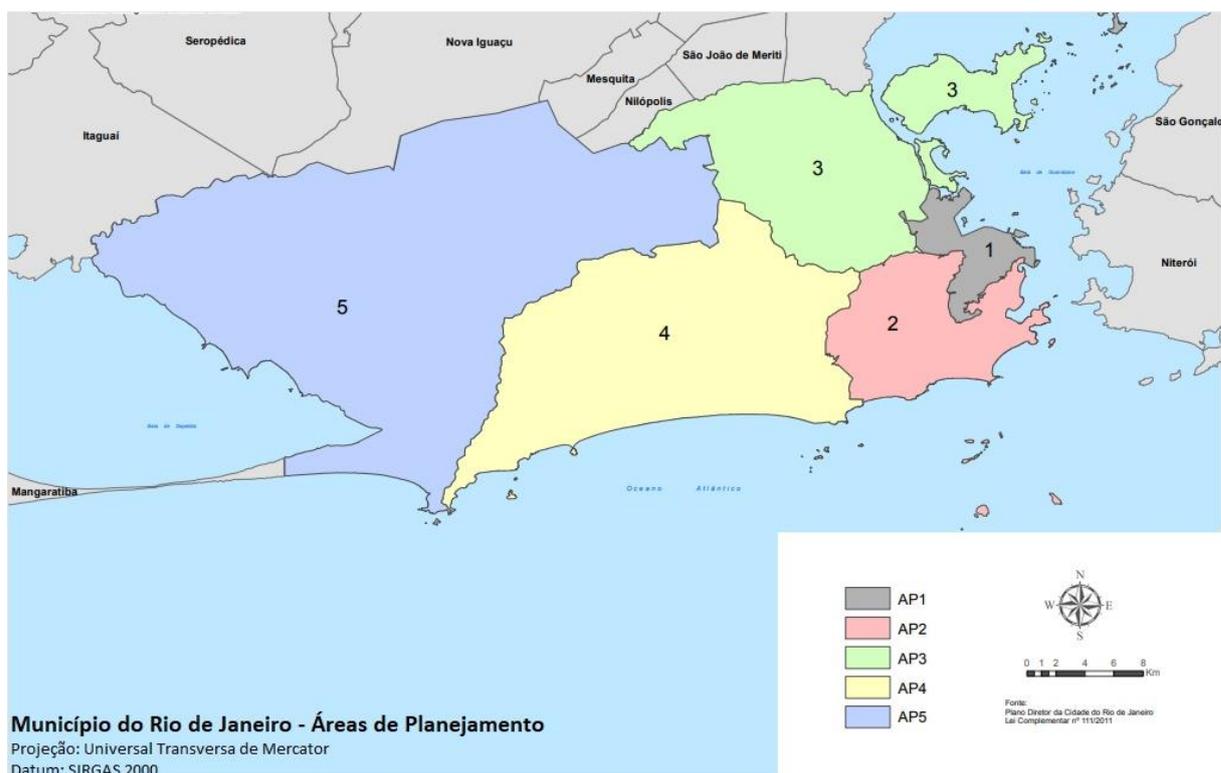
INTRODUÇÃO

Objetiva-se, com o presente artigo, discutir o papel do território como alicerce norteador dentro do Plano Estratégico 2021-2024 do Rio de Janeiro para a implementação de políticas culturais na cidade e, conseqüentemente, analisar a distribuição espacial de fomentos com base nas metas deste plano, promovendo um diálogo entre os campos da Geografia e das políticas públicas.

Com mais de 6 milhões de habitantes, o Rio de Janeiro é o segundo maior município do Brasil em dimensão populacional. A cidade possui 164 bairros e é marcada por sua geografia desigual, tanto do ponto de vista socioeconômico, com bairros que figuram entre os metros quadrados mais caros do Brasil próximos de favelas, quanto do ponto de vista físico, com faixas de planícies litorâneas a 40 quilômetros da serra do mar.

Enfrentando grandes desafios de gestão, o Rio de Janeiro é dividido administrativamente em cinco Áreas de Planejamento (APs), que, por sua vez, são subdivididas em regiões administrativas e, por fim, em bairros. Esta divisão surgiu quando a cidade teve seu primeiro plano diretor, elaborado através da Lei Complementar nº 16 de 1992. Este recebeu o nome de Plano Diretor Decenal devido ao fato de ser executado em dez anos e, posteriormente, revisado. O documento alterou o zoneamento da cidade, previamente estabelecido em zonas de acordo com suas atividades econômicas (zona urbana, zona industrial, zona comercial, zona turística), passando a ser dividido em cinco grandes áreas chamadas "Áreas de Planejamento", cada uma com metas de crescimento e desenvolvimento urbano, conforme apresentado na figura 1.

Figura 1 - Divisão do Território em Áreas de Planejamento, 2017



Fonte: Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, 2017

Essas áreas apresentam diferentes índices de desenvolvimento social e número de habitantes, gerando a necessidade de ações distintas por parte da prefeitura para que possa entregar, de forma mais assertiva, serviços públicos aos cariocas. Essa divisão territorial é usada de forma recorrente nos planejamentos estratégicos dos governos que assumem o poder executivo da cidade. Para os fins deste artigo, serão analisadas as políticas públicas da cultura contidas no plano estratégico 2021-2024 e desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura com base nessa divisão territorial.

Na primeira parte, será realizada uma discussão teórica sobre a relação entre a Geografia e o campo de estudos das políticas públicas. Na segunda parte, o artigo irá apresentar como os três últimos planejamentos estratégicos consideraram a divisão territorial do Rio de Janeiro em zonas ou APs para a criação de metas para políticas culturais. Na terceira parte, será discutido o programa Fomento à Cultura Carioca (FOCA), que contém em seu desenho uma intencionalidade em contemplar especificamente áreas fragilizadas da cidade, como favelas da AP1 e AP2, assim como a totalidade das AP3, AP4 e AP5. Nas considerações finais, será realizado um resgate dos conceitos anteriormente discutidos dentro do contexto apresentado para que se conclua se as ações do programa FOCA, em sua edição de 2021, conseguiram seguir a orientação do planejamento estratégico.

Para a metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos supracitados, assim como uma análise crítica do Plano Estratégico 2021-2024 da prefeitura municipal. Para analisar

a distribuição de recursos, o aporte financeiro das áreas de planejamento foi levantado através de pesquisa documental das publicações da Secretaria Municipal de Cultura (RIO DE JANEIRO, 2021) acerca da linha 2 (distribuição territorial) do projeto FOCA em seu edital de 2021.

DISCUSSÃO

Políticas Públicas

Iniciamos a nossa discussão teórica com algumas definições do termo "Políticas Públicas". Nos últimos anos, verificou-se um aumento nos estudos de políticas governamentais e crescimento de disciplinas sobre o tema em programas de graduação e pós-graduação (ARRETCHE, 2003). No Brasil, o termo "Políticas Públicas" é geralmente tratado de três maneiras distintas: "(i) área de análise e investigação científica independente; (ii) ferramenta de decisão, planejamento e gestão governamentais; (iii) campo de militância de movimentos e organizações pela conquista de direitos sociais e pela participação nos rumos das políticas setoriais" (RIBEIRO, 2014).

O termo "Políticas Públicas" possui um amplo leque de definições elaboradas por numerosos autores, mas, em linhas gerais, estes costumam concordar que se trata de ações elaboradas que visam impactar a sociedade. De acordo com Castro, Gontijo e Amabile (2012):

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade (Castro, Gontijo e Amabile, 2012, p. 390).

A definição de Castro, Gontijo e Amabile (2012) é bastante específica. Por ela, já podemos identificar o objetivo das políticas públicas: a satisfação do interesse coletivo. É claro que esta afirmação ocorre dentro de um cenário idealizado, onde atender aos interesses do público seja a prioridade dos gestores políticos.

Uma definição similar é a de Villanueva, que afirma que políticas públicas são:

Um conjunto (sequência, sistema, ciclo) de ações, estruturado de forma intencional e causal, que visa atingir objetivos considerados de valor para a sociedade ou resolver problemas cuja solução é considerada de interesse ou benefício público; cuja intencionalidade e causalidade foram definidas pela interlocução que ocorreu entre o governo e os setores de cidadania; que foram decididos por autoridades públicas legítimas; que são executados por atores do governo e do Estado ou por estes em associação com os atores sociais (econômicos, civis), e que originam ou formam um padrão de comportamento governamental e social" (VILLANUEVA, 2010, p.29).

De acordo com o autor, a política pública é feita por meio de um processo que tem início com a identificação de uma questão social ou política relevante, ou seja, para haver uma política pública, é necessário primeiro decidir que há um problema que se tornou uma questão de Estado. Para Stone (2002), os problemas:

[...] são definidos na política para alcançar objetivos políticos - mobilizar apoio para um lado em um conflito. Definir uma questão é fazer uma afirmação sobre o que está em jogo e quem é afetado e, portanto, definir interesses e a constituição de alianças. Não existe uma definição apolítica de problema. Ao enfrentar qualquer definição de um problema de política, o analista astuto precisa perguntar como essa definição também define as partes interessadas e as estacas, como alocou os papéis de agressor e oprimido e como uma definição diferente mudaria as relações de poder (STONE, 2002, p. 231).

Desta forma, se existe uma política cultural, foi porque, em um dado momento, a cultura foi identificada como uma questão de Estado, e a política irá agir a partir da forma como este problema foi socialmente construído. Em seguida, ocorre uma tomada de posição por parte do governo diante de tal questão, e isso requer um conjunto de ações estatais destinadas a manter, transformar ou modificar a realidade.

As políticas públicas são objetos constantemente presentes nos debates e pesquisas científicas, evidenciando assim uma interdisciplinaridade que indica que o tema não pertence exclusivamente à Ciência Política. Muitas áreas do conhecimento produzem pesquisas em torno de políticas públicas, como a economia, a sociologia, a administração, a gestão pública e outras (SOUZA, 2006), além da elaboração de políticas públicas dentro de diferentes setores como a educação, a saúde, a segurança

etc. Essas políticas públicas, devemos lembrar, acontecem em um espaço onde incidem influência e pelo qual são influenciadas. Desta forma, o geógrafo deve se apropriar do debate, pois é, por excelência, o cientista que investiga as relações espaciais.

Dentro da Geografia, o debate sobre políticas públicas ressurgiu na década de 1970 com modificações que refletem as reestruturações dentro do papel do próprio Estado, uma dúvida levantada por David Harvey em artigo publicado em 1974, no qual afirma não haver um caminho ideal ou uma Geografia ideal para lidar com as relações entre o Estado, o espaço e a sociedade. No lugar de grandes projetos de iniciativa pública, passam a integrar a agenda de debates as contratualizações, o papel das agências e a descentralização da política. Com o avanço do capital de iniciativa privada, a gestão de políticas públicas direcionou um olhar muito mais atento para questões sobre eficiência, orçamento e resultados. Isso não significa, porém, que o papel do Estado foi anulado. A ele, ainda compete a função de assegurar aos indivíduos o acesso a bens e serviços públicos essenciais que lhes garantam o exercício de sua cidadania (RODRIGUES, 2014).

Para Mello-Théry (2011), existem quatro grandes discussões teóricas que envolvem os dois campos de estudo: em primeiro lugar, há uma crescente discussão a respeito dos efeitos que a implementação de uma política pública possui sobre o território onde é implementada. Em segundo lugar, a Geografia realiza uma análise crítica das relações entre o Estado e os grupos que estão no topo do poder econômico e político. Em terceiro lugar, há uma forte participação de geógrafos em discussões que responsabilizam o Estado pelos efeitos que as políticas públicas possuem no território. Por último, estudos que buscam compreender que a gestão do espaço e a intervenção territorial devem ser alvo de ação do Estado.

Serpa (2011) realiza uma provocação na introdução de sua publicação: "O que a Geografia tem a dizer, a contribuir, em relação à formulação e à implementação de políticas públicas?" (SERPA, 2011). Para o autor, as políticas públicas possuem uma especificidade espacial que torna possível a apropriação dessa temática pela Geografia, como a distribuição dos programas sobre o território, o tratamento dado às desigualdades e o recorte da escala. Essa mesma temática foi vista em Guimarães (2020), que analisou o problema de escala do programa Cultura Viva, criado para desconcentrar ações de fomento à cultura em todo o território nacional. Na escala nacional, observamos que o programa de fato se espalhou para regiões que antes tinham pouca visibilidade e ações de incentivo à cultura. No entanto, quando a escala foi alterada para o estado do Rio de Janeiro, ficou nítida uma desproporcional concentração do programa na capital.

Racine, Raffestin e Ruffy (1983) também reforçam a importância da escala como base para a organização de políticas públicas no território. Para eles, a escala é capaz de tornar visível o que se deseja adjetivar e tornar o problema real, posto que nem todos os problemas se enquadram em diferentes escalas. Escolher a escala de análise de uma política pública dentro do território é, portanto, evidenciar o problema (Racine, Raffestin e Ruffy, 1983).

A partir da década de 1980, o conceito de território passa a abarcar novas configurações com o fim de compreender os fenômenos em suas dinâmicas espaciais e sociais, entre elas a relação entre a sociedade e seus pares, assim como a sociedade e o Estado por meio de políticas públicas (BUENO; ANDRADE, 2019). Silva (2016) afirma, após pesquisar sobre as diferentes abordagens do conceito de território nas produções geográficas de 1980 a 2012, destacou uma concentração temática sobre microterritorialidades, movimentos sociais, desterritorialização, ordenamento territorial e ideologias geográficas. Para ele, o conceito de território na abordagem de políticas públicas adquiriu um caráter polissêmico pela sua atribuição de muitos significados e sentidos. Essa polissemia é confirmada por Fuini (2016), que aponta uma crescente popularização do território a partir de 1980, principalmente dentro da Geografia Humana e sob diversos objetos.

No Brasil, Haesbaert (2015) desponta como um dos principais autores que têm se dedicado à pesquisa do território. O autor se baseia na discussão lefebvriana de dominação e apropriação espacial para analisar o território sob uma visão integradora. O autor elabora uma classificação em três vertentes básicas da análise do território: a primeira, jurídico-política, enxerga território como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, com destaque para a atuação do Estado; a segunda, cultural, é mais subjetiva e prioriza dimensões simbólicas. Nela, o território é o fruto da apropriação espacial pela identidade cultural da população; a terceira, econômica, destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2001). Para os fins deste artigo, a primeira vertente

nos serve de forma mais adequada, pois estamos endereçando a dimensão administrativa concebida pelo município do Rio de Janeiro de seu território através das Áreas de Planejamento.

O território no planejamento estratégico de ações culturais

É comum encontrar metas para a cultura da cidade do Rio de Janeiro em planejamentos estratégicos elaborados por gestões anteriores, mas estes careciam de uma objetividade territorial e escalonada da implementação e revitalização de políticas culturais. No planejamento de 2013-2016, observamos um eixo temático específico para a cultura com as seguintes metas:

Expandir a oferta de cultura da cidade através do fomento à atividade cultural, alcançando 350 produções beneficiadas por ano em 2016.

Dobrar a frequência nos equipamentos municipais de cultura até 2016, tendo como referência o ano de 2011.

Consolidar a região do Porto Maravilha como local de fomento à cultura, através da promoção de pelo menos 15 importantes iniciativas culturais até 2016.

Valorizar a paisagem urbana e o patrimônio cultural do centro histórico através da recuperação e requalificação de áreas relevantes como a Praça Tiradentes e a Lapa. (RIO DE JANEIRO, 2013, p.199)

Como se pode observar, a cidade era trabalhada de forma geral, embora houvesse o reconhecimento estratégico de áreas historicamente centrais do Rio de Janeiro. Não há menção de direcionamento das políticas culturais para uma AP específica e nem por zonas da cidade. No governo seguinte, foi elaborado o planejamento estratégico 2017-2020, onde não havia a presença de um eixo específico para a cultura, sendo substituído pelo eixo "Social", mais abrangente e que incluía as metas culturais:

M41: Revitalizar 50% dos equipamentos culturais do município, qualificados segundo parâmetros de excelência em programação, acessibilidade, diversidade, segurança, sustentabilidade e infraestrutura até 2020.

M42: Implantar Programa Vale-Cultura até 2020 (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 91)

Novamente, o planejamento não está se orientando pelas disparidades territoriais do Rio de Janeiro e não cita APs ou zonas de bairros cariocas. Observamos uma mudança no planejamento de 2021-2024 com a meta nº 25 do eixo Igualdade e Equidade, que objetiva:

Territorializar o fomento, aumentando a proporção de projetos investidos nas Zonas Norte, Oeste e territórios periféricos cariocas, de forma que correspondam ao total de 50% dos projetos contemplados até 2024 (RIO DE JANEIRO, 2021, p.57).

Podemos observar, então, o direcionamento das políticas públicas para as Zonas Norte e Oeste, respectivamente a maioria dos bairros da AP 3, AP 4 e AP 5. Em especial, a AP 3 e AP 5 são justamente os espaços mais deflagrados por questões sociais sensíveis, como baixa renda, analfabetismo e deficiência de saneamento básico. Esse fato é ilustrado pelo Índice de Desenvolvimento Social (IDS), que foi elaborado pela prefeitura do Rio de Janeiro para compor um melhor enquadramento da qualidade de vida da cidade por Áreas de Planejamento e suas subdivisões. Sua versão mais recente foi lançada em 2018 no portal DATA.RIO e a última atualização foi realizada em janeiro de 2023. Para seu cálculo, foram utilizados 8 indicadores, construídos a partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. São eles:

- Percentagem de domicílios particulares permanentes com forma de abastecimento de água adequada, ou seja, ligados à rede geral de distribuição;
- Percentagem de domicílios particulares permanentes com esgoto adequado, ou seja, ligados à rede geral de esgoto ou pluvial;
- Percentagem de domicílios particulares permanentes com lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza;
- Número médio de banheiros por morador: numerador = nº de banheiros no domicílio particular permanente; denominador = nº total de pessoas no domicílio particular permanente;
- Percentagem de analfabetismo de moradores de 10 a 14 anos em relação a todos os moradores de 10 a 14 anos;
- Rendimento per capita dos domicílios particulares permanentes, expresso em salários mínimos de 2010;

- Percentagem dos domicílios particulares, com rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo;
- Percentagem dos domicílios particulares, com rendimento domiciliar per capita superior a 5 salários mínimos.

A partir desses indicadores, o IDS das APs foi elaborado conforme a tabela 1.

Tabela 1 - IDS por AP

AP	IDS
1	0,600
2	0,710
3	0,591
4	0,624
5	0,554

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Pereira Passos, 2023.

É importante notar que AP4, apesar de geograficamente pertencente à Zona Oeste, possui o segundo maior IDS. Isso ocorre porque é uma área de desigualdades onde se encontram bairros pobres e bairros compostos por um estrato da classe média-média alta que ocupou essa região na década de 1990, como Barra da Tijuca, Freguesia, Joá e Recreio dos Bandeirantes (PASQUOTTO, 2016). Esse é um ponto importante quando falamos em políticas públicas na zona Oeste, que engloba tanto a AP4 quanto a AP5. A figura 2 apresenta a divisão dos bairros por IDS em faixas de 1 (mais baixos) até 5 (mais elevados).

Figura 2 - Caracterização dos bairros do Rio de Janeiro de acordo com o IDS, 2020



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2020.

Podemos observar que, quando comparamos com a Figura 1, alguns bairros da AP 4 encontram-se no espectro mais elevado (azul, 5). Portanto, qualquer política pública que se direcione à Zona Oeste deve ter a atenção de considerar a desigualdade entre seus próprios bairros. O recorte mais preciso, se

queremos pensar em políticas públicas para a população deflagrada da Zona Oeste, deve englobar a AP5 e considerar parte da AP4, não sua totalidade.

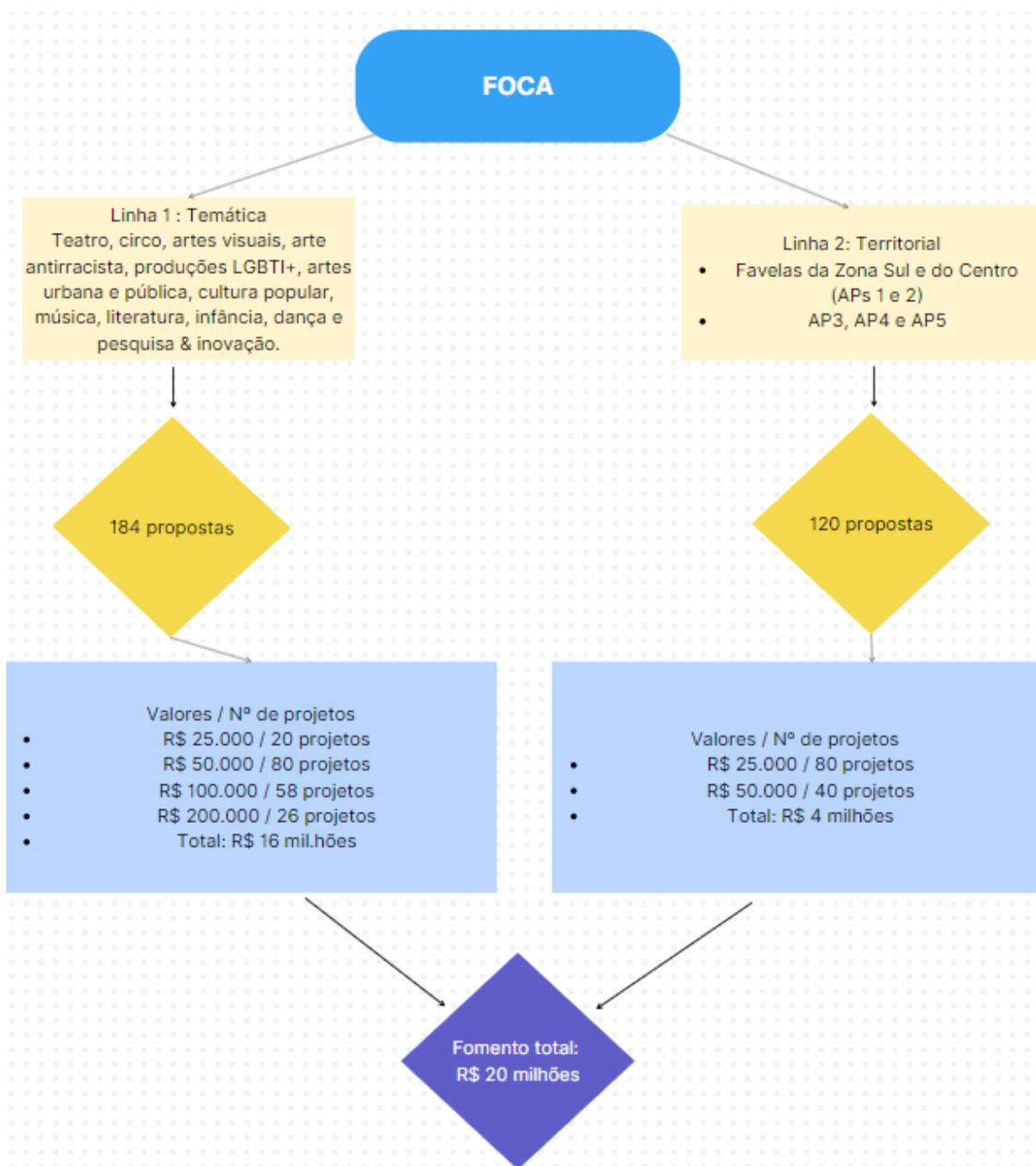
Voltando brevemente à meta nº 25 do Plano Estratégico atual, é importante notar que a palavra “territorializar” carrega peso, pois é o ato de estar-fazer-fixar no território (GONDIM; MONKEM, 2017). Pessoas estão em constante busca de se territorializar e demarcar territórios que lhes permitam a construção de uma identidade e lastro com o solo. Quando se fala em territorializar o fomento, para além do recorte formal espacial das zonas periféricas, reforça-se também o processo de territorialização das culturas que ali existem através das histórias, tradições, hábitos, jogos e festivais. Os espaços periféricos, a zona Norte e Oeste estão em situação de risco à manutenção de sua cultura por processos advindos e consequentes de desigualdades sociais e econômicas, nos quais grupos sociais são afastados de bens e serviços culturais. Essa perda de identidade cultural em detrimento das zonas mais elitistas do Rio de Janeiro (AP 1 e AP 2) é um risco que pode implicar na desmaterialização das relações sociais, levando ao processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2011).

Programa de fomento à cultura carioca (FOCA) e o investimento territorializado

O Programa de Fomento à Cultura Carioca (FOCA), lançado em 2021 pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, consiste em apoiar projetos culturais realizados na cidade para proponentes pessoas jurídicas (com ou sem fins lucrativos), Microempreendedores Individuais (MEIs) e pessoas físicas. Na primeira edição, as inscrições puderam ser realizadas por duas linhas: a primeira foi temática, com total de 184 projetos em doze categorias (teatro, circo, artes visuais, arte antirracista, produções LGBTI+, artes urbana e pública, cultura popular, música, literatura, infância, dança e pesquisa & inovação). O aporte financeiro oferecido aos projetos definido foi em quatro valores: R\$ 25.000 (20 projetos), R\$ 50.000 (80 projetos), R\$100.000 (58 projetos) e R\$200.000 (26 projetos).

Já a segunda linha possui duas categorias espaciais: 1-Favelas da AP 1 e AP2; 2 - AP3, AP4, AP5. O foco desse edital está em ações pautadas na relação entre cultura e território com o objetivo de potencializar as manifestações artísticas nas zonas mais fragilizadas da cidade. Foram selecionadas 120 propostas cujos valores variaram entre dois montantes, R\$ 25.000 (80 projetos) e R\$ 50.000 (40 projetos). O interessante aqui é perceber a geografia na construção do edital. A figura 3 resume essa estrutura.

Figura 3 - Esquematização do FOCA, 2023



Fonte: elaboração própria.

Para aprofundar a análise, foi possível realizar uma estratificação das propostas vencedoras da segunda linha com o quantitativo de cada um dos grupos (favelas das APs 1 e 2 ou APs 3, 4 e 5), como descreve o quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição de recursos entre os projetos da linha 2 por grupos

Grupo	Qtd de projetos (R\$ 25.000)	Ltd de projetos (R\$ 50.000)	Recursos
Favelas da zona Sul e Centro (APs 1 e 2)	20	10	R\$ 1.000.000,00
APs 3, 4 e 5	60	30	R\$ 3.000.000,00

Fonte: elaboração própria a partir do edital da Secretaria Municipal de Cultura (RIO DE JANEIRO, 2021)

Podemos concluir que, de fato, o fomento está sendo territorializado pelas áreas periféricas e pelas zonas Norte e Oeste a partir do momento que estas recebem três vezes mais o número de recursos e projetos do que as favelas das APs 1 e 2. No entanto, a Secretaria Municipal de Cultura não divulgou quais projetos pertencem especificamente a cada AP, tornando assim impossível uma correlação entre a seleção de ações culturais de acordo com áreas mais fragilizadas pelo IDS. Ressaltamos também que o valor concedido à linha 2 é quatro vezes menor do que o da linha 1 e, no total, representa apenas um quinto do valor do programa. Ademais, não foi considerado no edital o elemento de desigualdade e coexistência entre bairros ricos e pobres na AP4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi discutido ao longo deste artigo, a territorialização das políticas culturais é um elemento em destaque no plano estratégico 2021-2024. Na geografia, o território possui um sentido material e simbólico. Materialmente, significa terra (territorium) e controle (terror), sendo um espaço físico inserido em um contexto de dominação. Simbolicamente, o conceito está relacionado às relações sociais de controle e poder. As regiões mais fragilizadas da cidade, que apresentaram IDS mais baixo, de fato precisam de ações culturais que revitalizem o vínculo entre o cidadão e seu bairro, promovendo sua reapropriação e reprodução de seus costumes, assim como a reterritorialização, criando uma nova forma de territorialização.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar da intenção explicitada no Plano de Metas de direcionar as políticas públicas culturais de fomento para as zonas norte e oeste, assim como para os territórios periféricos, um olhar geográfico atento demanda alguns pontos de atenção. Em primeiro lugar, a zona oeste é um território amplo que engloba tanto a AP 4 quanto a AP 5. A AP 4 possui em sua composição certos bairros que são oásis da classe média, média-alta e alta, sendo um espaço propício há décadas para empreendimentos de condomínios fechados de luxo. Se a intenção é valorizar o popular, é necessário levar esse fato em consideração.

Em segundo lugar, é necessário repensar os valores atribuídos à linha territorial do programa FOCA. Potencializar manifestações artísticas não demanda um aporte financeiro tão elevado quanto teatros e grandes eventos. No entanto, se o objetivo estratégico é a territorialização, é preciso questionar o valor da linha 2. Comparando com outro projeto de fomento cultural, o Cultura Viva, os Pontos de Cultura recebiam do governo um apoio de cento e oitenta mil reais, recurso utilizado para a realização, divulgação e manutenção da rede dos pontos.

Em terceiro lugar, toda política pública necessita de uma fase de minuciosa avaliação, que é feita principalmente pelo insumo de dados e transparência. A divulgação do resultado dos projetos selecionados pelo programa FOCA em sua edição de 2021 tornou possível constatar um alinhamento do projeto com a meta do plano estratégico de territorializar o fomento cultural nas zonas Norte e Oeste, no entanto, seria possível realizar uma análise mais detalhada se os dados estivessem estratificados de forma a identificar a AP de cada projeto. Por último, é interessante perceber a dimensão territorial recebendo atenção no Plano Estratégico das políticas culturais. O Rio de Janeiro necessita do olhar territorial das APs para melhor desenho e implementação de políticas públicas. Tanto no sentido simbólico quanto no campo administrativo-jurídico, o território é um elemento chave para a alocação de recursos e avaliação das políticas culturais. Dessa forma, é considerado um avanço a menção da

territorialização no Plano Estratégico e a criação de um programa que direcione as políticas culturais para áreas mais fragilizadas.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 7-9, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100001>
- BUENO, P. H. de C.; ANDRADE, C. S. P. de. Território e políticas públicas em uma abordagem geográfica. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 71, p. 404–419, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45896>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- CASTRO, C.L.F.; GONTIJO, C.L.B.; AMABILE, A.E.N. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: Edumg, 2012.
- FUINI, L. L. A pluralidade do território na geografia brasileira: um panorama contemporâneo. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 38, v. 2, p. 5-23, Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5498/4097>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- GONDIM, G. M. de M.; MONKEN, M. Território e territorialização. In: GONDIM, G. M. de M.; CHRISTÓFARO, M. A. C.; MIYASHIRO, G. (Org.). **Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017.
- GUIMARÃES, B. C. A concentração espacial do programa Cultura Viva no município do Rio de Janeiro. In: SILVESTRE, L. (org.). **Cultura e sociedade 2**. Ponta Grossa: Atena, 2020. <https://doi.org/10.22533/at.ed.4542012033>
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HAESBAERT, R. Sobre as i-mobildiades do nosso tempo (e de nossa cidade). **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, p. 83-92, 2015. <https://doi.org/10.4215/RM2015.1404.0006>
- MELLO-THÉRY, N. A. de. Política (e ação) Pública, Território e o papel da Geografia. In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, 2011. <https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0002>
- PASQUOTO, G. B. Uso e ocupação do solo na Barra da Tijuca e o espraiamento de sua “marca”. In: **V Colóquio Internacional sobre o comércio e a cidade: uma relação de origem**. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/04/038-geise.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e Ação: contribuições para uma interpretação do mecanismo da escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, 1983.
- RIBEIRO, L.H.L. Contribuições da geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS). **Boletim goiano de geografia (Online)**. Goiânia, v. 34, n. 2, p. 381-397, 2014 <https://doi.org/10.5216/bgg.v34i2.31738>
- RIO DE JANEIRO (município). Instituto Pereira Passos. **Divisão do Território em Áreas de Planejamento**. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/PCRJ::mapa-das-%C3%A1reas-de-planejamento-ap-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro/explore>. Acesso em: 30 set 2023
- RIO DE JANEIRO (município). **Plano estratégico da prefeitura do Rio de Janeiro**. 2013. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento_estrategico_1316.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023
- RIO DE JANEIRO (município). **Plano estratégico da prefeitura do Rio de Janeiro**. 2017. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91390/4255808/PLANOESTRATEGICO20172020.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023
- RIO DE JANEIRO (município). **Plano estratégico da prefeitura do Rio de Janeiro**. 2021. Disponível em: <https://plano-estrategico-2021-a-2024-pcrj.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 01 out. 2023

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. **GEOUSP - Espaço e Tempo** (online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-264, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81093>

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura.. **Edital Fomento à Cultura Carioca - Linha 2**. Edital de Seleção SMC nº 04, de 06 de agosto de 2021. Resultado da etapa de recurso da seleção. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2021.

SERPA, A. Políticas públicas e o papel da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 37-47, 2011. <https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0004>

SILVA, A. C. da. O território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 27-47, 2016. <https://doi.org/10.5216/bgg.v36i1.40364>

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologia, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

STONE, Deborah. **Policy Paradox: The Art of Political Decision Making**. Nova York: Norton & Company, 2002.

VILLANUEVA, Aguilar. **Política Pública**. Cidade do México: Siglo Vienteuno, 2010.

Recebido em: 05/08/2023

Aceito para publicação em: 16/10/2023